



Estudo Técnico Preliminar

Processo administrativo Nº 0000920250626000246



Unidade responsável
Secretaria de Infra-Estrutura e Rec. Hidricos
[Prefeitura Municipal de Boa Viagem](#)



Data
27/06/2025



Responsável
Comissão De Planejamento

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Boa Viagem enfrenta a urgente necessidade de contratar serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ para diversos bairros do município, visando superar as condições inadequadas das vias atuais que impactam diretamente a mobilidade urbana e a segurança dos cidadãos. A insuficiência de recursos e a estrutura viária desgastada e incompatível com os padrões de urbanização planejados têm comprometido a fluidez do tráfego, prolongando os tempos de deslocamento e elevando os riscos de acidentes, o que afeta negativamente a vida dos munícipes e a eficiência dos serviços públicos.

Sem a devida intervenção, as consequências podem ser severas, resultando na contínua deterioração das vias, agravamento da segurança rodoviária e obstáculos à acessibilidade a serviços essenciais, como saúde e educação, prejudicando o desenvolvimento socioeconômico local. A não realização da pavimentação não apenas interromperia a evolução da infraestrutura urbana, mas também poderia levar ao não cumprimento de metas institucionais de melhoria dos serviços de transporte e integração comunitária alinhadas ao interesse público.

Os resultados pretendidos com a contratação incluem a modernização da infraestrutura viária, com impacto positivo direto na qualidade de vida da população, a diminuição do tempo de deslocamento, e o aumento na segurança e conforto dos cidadãos. Esta contratação também visa integrar as comunidades, estimular o desenvolvimento econômico local e assegurar o cumprimento de metas estratégicas definidas no Plano de Contratação Anual, contribuindo para a eficácia administrativa em consonância com os princípios de eficiência, economicidade e interesse público.



previstos nos arts. 5º, 6º, 11 e 18, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a pavimentação asfáltica em CBUQ é imprescindível para solucionar o déficit estrutural viário identificado no município de Boa Viagem e para garantir o progresso e a adequação dos serviços de infraestrutura urbana, impulsionando o bem-estar social e a eficácia governamental.

2. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante	Responsável
Sec. de Infraestrutura e Rec. Hidricos	Jefferson Jales Vieira

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) em diversos bairros do município de Boa Viagem-CE surge como medida essencial para assegurar a melhoria da infraestrutura viária local. Esta iniciativa está alinhada com a meta de garantir condições adequadas de tráfego e segurança, além de promover o desenvolvimento econômico e social da região. Justifica-se a relevância da contratação pela condição insatisfatória das vias, que compromete diretamente a mobilidade urbana, elevando o tempo de deslocamento e gerando desgaste nos veículos, além de aumentar o risco de acidentes. Estes fatores, combinados, impactam negativamente a qualidade de vida dos munícipes, ressaltando a urgência de tal intervenção viária.

Os padrões mínimos de qualidade e desempenho para execução deste serviço incluem a utilização de materiais que atendam aos critérios técnicos estabelecidos para pavimentação em CBUQ, visando durabilidade, resistência e baixo índice de manutenção. Este padrão é necessário para assegurar que a pavimentação suporte o tráfego diário de veículos, considerando o peso médio dos mesmos e as condições climáticas da região. Estas especificações técnicas são embasadas no interesse público por uma infraestrutura sustentável, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que orienta a eficiência e a economicidade nas contratações públicas.

Com relação ao uso do catálogo eletrônico de padronização, verifica-se a inexistência de itens compatíveis no mesmo que atendam às específicas necessidades desse projeto viário, justificando assim a não utilização deste recurso. Ademais, é respeitada a vedação de indicação de marcas/modelos, salvo justificativas técnicas que comprovem a imprescindibilidade de características específicas, assegurando a competitividade do processo licitatório.

É primordial que os fornecedores possuam a capacidade de realizar serviços com eficiência na execução e entrega, garantindo suporte técnico adequado e, se aplicável, apresentação de amostras ou provas de conceito para validação prévia. Este foco em





eficiência busca evitar custos administrativos elevados e assegurar o cumprimento dos requisitos operacionais e técnicos, alinhado às estimativas das quantidades previstas nesta contratação.

Em termos de sustentabilidade, a contratação deverá observar critérios que promovam a redução de impactos ambientais, como o uso de materiais recicláveis e técnicas que minimizem a geração de resíduos, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Estes requisitos são integrados aos aspectos técnicos e operacionais quando compatíveis e relevantes para o objeto.

Os requisitos definidos nesta seção são fundamentados na necessidade identificada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e estão em plena conformidade com as disposições previstas pela Lei nº 14.133/2021. Constituem a base técnica necessária para a realização do levantamento de mercado, que tem por objetivo identificar a solução mais vantajosa para a Administração, conforme orientado pelo art. 18 da referida Lei.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado, conforme o art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, é crucial para planejar a contratação de pavimentação asfáltica em CBUQ para diversos bairros do município de Boa Viagem-CE. Este levantamento visa prevenir práticas antieconômicas e embasar a solução contratual, respeitando os princípios de legalidade, transparência e economicidade.

Analisando a "Descrição da Necessidade da Contratação" e "Descrição dos Requisitos da Contratação", definiu-se o objeto como a execução de obra pública, especificamente pavimentação asfáltica em CBUQ, o que demanda uma abordagem robusta quanto à escolha das alternativas de contratação.

Durante a pesquisa, observou-se a adoção crescente de tecnologias sustentáveis e métodos inovadores que poderiam reduzir custos e aumentar a durabilidade da pavimentação. A análise comparativa das alternativas revelou vantagens em potencial no modelo de contratação por empreiteira especializada, que oferece melhor equilíbrio entre custo, tempo de execução e qualidade.

A opção selecionada foi a terceirização integral via empreiteira, justificada pela eficiência e viabilidade operacional, que se alinham aos resultados pretendidos, considerando o custo total, facilidade de controle e manutenção dos serviços, e disponibilidade técnica no mercado. Este modelo também se mostrou mais sustentável e inovador, considerando o ciclo de vida do pavimento.

Recomenda-se, portanto, a abordagem de contratação através de empreiteira especializada, assegurando competitividade e transparência conforme os arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, sem antecipar a modalidade de licitação, mas garantindo que esta atenda ao planejamento estratégico e orçamentário do exercício financeiro de 2025.



5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de uma empresa especializada para a execução de pavimentação asfáltica em CBUQ em diversos bairros do município de Boa Viagem, Ceará. Essa intervenção tem como objetivo suprir a necessidade de melhorar a infraestrutura viária local, conforme justificado na "Descrição da Necessidade da Contratação", assegurando condições adequadas de tráfego e segurança para os munícipes.

O escopo dos serviços abrange a execução completa do pavimento asfáltico, incluindo etapas de preparação da base, aplicação do revestimento asfáltico e sinalização viária conforme as normas técnicas vigentes. A execução dos serviços deve ser realizada com materiais de alta qualidade, compatíveis com as exigências operacionais especificadas na "Descrição dos Requisitos da Contratação", garantindo a durabilidade e a eficiência dos resultados pretendidos. Essa abordagem foi fundamentada pelo "Levantamento de Mercado", que confirma a viabilidade técnica e econômica da solução, assegurando que a mesma está em consonância com as práticas e preços de mercado.

A implementação da pavimentação irá integrar-se aos objetivos estratégicos de desenvolvimento econômico e social do município, promovendo a melhoria da mobilidade urbana e facilitando o acesso a serviços básicos essenciais à população. A contratação está alinhada aos princípios de eficiência, economicidade e interesse público estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, representando a alternativa mais adequada à necessidade identificada e os requisitos exigidos, conforme evidenciado pelo estudo técnico preliminar. A escolha por conduzir uma licitação, ao invés de optar por dispensa, está justificada pela complexidade e vulto do projeto, garantindo competitividade e obtenção da solução mais vantajosa para a Administração.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
1	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CBUQ EM DIVERSOS BAIRROS NO MUNICIPIO DE BOA VIAGEM-CE	1,000	Serviço

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM CBUQ EM DIVERSOS BAIRROS NO MUNICIPIO DE BOA VIAGEM-CE	1,000	Serviço	5.677.841,15	5.677.841,15

Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se





que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 5.677.841,15 (cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e quarenta e um reais e quinze centavos)

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A possibilidade de parcelamento do objeto de contratação, conforme descrito no art. 40, V, b da Lei nº 14.133/2021, tem como objetivo promover o aumento da competitividade (art. 11) e deve ser considerada quando viável e vantajosa para a Administração, sendo esta análise mandatória no Estudo Técnico Preliminar (art. 18, §2º). A divisão do objeto por itens, lotes ou etapas deverá ser avaliada à luz dos critérios de eficiência e economicidade estabelecidos no art. 5º, considerando sua viabilidade técnica e operacional de acordo com a solução integral descrita na Seção 4.

A análise do objeto revela a possibilidade de divisão em itens, lotes ou etapas, conforme permitido pelo §2º do art. 40. A indicação prévia do processo administrativo sugere a contratação por item, facilitando a identificação de fornecedores especializados para distintas partes do serviço. Tal parcelamento poderia aumentar a competitividade (art. 11), aplicando requisitos de habilitação proporcionais, enquanto a fragmentação do objeto atende ao mercado local, além de gerar ganho logístico, como evidenciado pelo levantamento de mercado e revisões técnicas realizadas.

No entanto, a comparação entre parcelamento e execução íntegra indica que uma execução consolidada pode ser mais vantajosa, conforme art. 40, §3º. Isso se deve à economia de escala e à eficiência na gestão contratual (inciso I), mantendo a integridade de um sistema operacional único e integrado (inciso II) e respeitando a padronização ou exclusividade de fornecedores (inciso III). A consolidação reduz riscos à integridade técnica e à responsabilidade, sendo especialmente relevante em obras e serviços, priorizando essa abordagem após uma avaliação cuidadosa e alinhamento com o art. 5º.

Em relação à gestão e fiscalização, a escolha por uma execução consolidada simplifica as obrigações administrativas, otimizando a responsabilidade técnica e o controle contratual, em comparação a um parcelamento que, embora potencialmente melhore o monitoramento descentralizado das entregas, aumenta significativamente a complexidade administrativa. Tal decisão deve ser sopesada considerando a capacidade institucional disponível e os princípios de eficiência detalhados no art. 5º.

Concluindo, recomenda-se a execução integral como a opção mais benéfica para a Administração, refletindo uma decisão melhor alinhada com os resultados pretendidos (Seção 10), além de promover economicidade e competitividade (arts. 5º e 11). Esta escolha respeita integralmente os critérios considerados ao longo do planejamento estratégico da contratação, conforme delineado no art. 40.

9. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO





A contratação para a prestação de serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ nos diversos bairros do município de Boa Viagem-CE está devidamente alinhada com o Plano de Contratação Anual (PCA), conforme identificado pelo exercício financeiro de 2025 e o identificador PCA 07963515000136-0-000011/2025. Essa previsão no PCA garante que a demanda foi anteriormente reconhecida e planejada, permitindo com que os recursos orçamentários sejam alocados de forma eficiente, conforme os princípios de eficiência, economicidade e interesse público, descritos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Além disso, a ligação com o PCA corrobora a vinculação a outros instrumentos de planejamento, como planejamentos estratégicos pertinentes, promovendo a harmonização entre necessidade identificada e as metas institucionais, assegurando coerência e potencializando competitividade, conforme destaca o art. 11.

A inclusão no PCA demonstra a previsão antecipada desta necessidade específica e está em conformidade com o planejamento anual das contratações (art. 12), resultando em uma contratação mais vantajosa para a Administração Pública, além de estimular a competitividade e atender as expectativas dos resultados pretendidos. Dessa forma, a contratação impulsiona tanto o desenvolvimento sustentável quanto a transparência, revelando um planejamento adequado que atende diretamente às metas previstas.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, exercício de 2025, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 07963515000136-0-000011/2025

Data de publicação no PNCP: 26/12/2024

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Os benefícios diretos esperados da contratação da empresa para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ em diversos bairros do município de Boa Viagem-CE abrangem ganhos significativos de economicidade e otimização dos recursos institucionais, em conformidade com os artigos 5º e 18, §1º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021. Esta iniciativa visa atender a necessidade pública identificada, garantindo melhorias na infraestrutura viária local, conforme descrito na seção de 'Descrição da Necessidade da Contratação'. A solução escolhida propiciará a melhoria das condições de tráfego e segurança, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos humanos por meio da redução do tempo necessário para deslocamentos e minimização de acidentes, além de otimizar recursos materiais e financeiros através da diminuição dos custos operacionais associados ao desgaste prematuro de veículos. Ao fomentar o desenvolvimento econômico e social da região, espera-se promover a integração das comunidades e facilitar o acesso a serviços básicos, alinhando-se aos objetivos institucionais estabelecidos nos termos do art. 11. Além disso, a implementação de sistemas adequados de racionalização de tarefas ou capacitação específica contribuirá para a eficiência, evitando retrabalho e perdas de produtividade.

A pesquisa de mercado realizada fundamenta a escolha da tecnologia de CBUQ como a mais adequada, destacando seus benefícios mensuráveis, tais como maior durabilidade e menor manutenção, reduzindo assim os custos unitários e





aproveitando ganhos de escala. Esta abordagem competitiva, conforme prevê o art. 11, garantirá que a Administração obtenha o melhor retorno para o investimento público, embasando o termo de referência de acordo com o art. 6º, inciso XXIII. Para assegurar que os objetivos sejam alcançados, será utilizado um Instrumento de Medição de Resultados (IMR), permitindo monitorar a eficiência dos resultados através de indicadores quantificáveis, como a redução no tempo de percurso ou a diminuição do consumo energético associado à operação viária. Tais medidas justificam o dispêndio público ao demonstrar eficiência e melhor uso dos recursos disponíveis, sustentando economicidade e eficácia.

Eventuais incertezas inerentes à natureza exploratória desta demanda foram abordadas mediante justificativa técnica, o que reforça a razoabilidade e necessidade da contratação, sempre alinhada ao planejamento institucional e conforme indicado no Identificador do PCA: 07963515000136-0-000011/2025 do exercício financeiro de 2025. Este ETP reflete a confluência entre planejamento estratégico e operacional, conforme disposto nos arts. 5º e 18, §1º, inciso IX, assegurando que todos os aspectos essenciais sejam considerados no ciclo de vida da contratação e que os objetivos mais vantajosos para a Administração Pública sejam efetivamente alcançados, promovendo, consequentemente, a eficiência, a qualidade de vida da população e sustentando os princípios fundamentais de economicidade preconizados pela nova Lei de Licitações.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

As providências internas antes da celebração do contrato serão essenciais ao ciclo de planejamento e governança da contratação, assegurando sua execução eficiente e a consecução dos objetivos de resultados pretendidos, mitigando riscos e promovendo o interesse público. Essas medidas integrarão o planejamento e articularão com a definição da solução e o modelo de execução contratual. Os ajustes físicos, tecnológicos ou organizacionais necessários ao ambiente onde o objeto será executado serão descritos, justificando sua relevância para viabilizar os benefícios esperados. Essas providências serão organizadas em um cronograma detalhado, especificando ações, responsáveis e prazos, a ser anexado ao ETP, destacando que a ausência desses ajustes poderá comprometer a execução, como riscos à segurança operacional ou instalação de equipamentos. A capacitação dos agentes públicos para gestão e fiscalização do contrato será abordada, justificando tecnicamente como o treinamento assegurará os resultados previstos, segmentada por perfis como gestor, fiscais e técnicos, conforme a complexidade da execução, subentendendo a metodologia e, se aplicável, utilizando listas ou cronogramas. Essas providências integrarão o Mapa de Riscos como estratégias preventivas de mitigação, articulando-se com a unidade de gestão de riscos ou controle interno, quando houver, para evitar comprometer prazos, qualidade ou conformidade legal, garantindo os benefícios projetados. As ações preparatórias serão indispensáveis para viabilizar a contratação e assegurar os resultados esperados, otimizando recursos públicos e promovendo governança eficiente, alinhadas a resultados pretendidos, sendo que, se não houver providências específicas, a ausência será fundamentada tecnicamente no texto.





12. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

A análise da necessidade de contratação e da solução como um todo, conforme a Lei nº 14.133/2021, indica que a contratação de empresa para prestação de serviço de pavimentação asfáltica em CBUQ nos diversos bairros do município de Boa Viagem-CE alinha com um contexto de intervenção pontual, focada em melhorias imediatas de infraestrutura viária. A característica singular e específica da demanda, junto ao fato de o objeto do contrato não se amoldar às condições de padronização ou repetitividade, sugere que a modalidade de contratação tradicional seja a mais **adequada** e vantajosa. Elementos como a necessidade pontual e definida da pavimentação justificam a adoção de licitação eletrônica específica, mais alinhada a demandas fixas e conhecidas.

Embora o Sistema de Registro de Preços (SRP) ofereça vantagens econômicas como economia de escala e redução dos esforços administrativos, as características da obra de pavimentação envolvem especificidades técnicas que demandam um controle estrito de execução e não uma entrega fracionada ou incerta de quantitativos típicos do SRP. A segurança jurídica e eficiência da contratação tradicional apropriadas ao critério econômico são intensificadas pela possibilidade de uma execução contratual imediata e coordenada, sincronizada às necessidades do município de Boa Viagem-CE, conforme os resultados pretendidos e as diretrizes fundamentadas nos arts. 5º, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, o levantamento de mercado e a demonstração da vantajosidade reforçam a escolha pela licitação tradicional, com foco em otimizar demandas isoladas e concentrar recursos para resultados efetivos, refletindo a segurança por meio da transparência imprescindível à Administração Pública. O rol de contratações similares e o contexto operacional apontam para uma prática mais efetiva e fiscalizável, elementos essenciais para a natureza do objeto e para alcançar a eficiência esperada. Assim, recomenda-se a contratação direta através de licitação eletrônica, estratégia que melhor otimiza recursos, assegura agilidade e competitividade, satisfazendo o interesse público e atingindo plenamente os resultados pretendidos.

13. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

A participação de consórcios na contratação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ em diversos bairros do município de Boa Viagem-CE, conforme o Contrato de Repasse nº 965779/2024/MCIDADES/CAIXA, é analisada em conformidade com os dispositivos expressos nos arts. 5º, 15 e 18, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021. Esta análise é norteadada pela eficiência, economicidade e interesse público, buscando compatibilizar o objeto da contratação com a melhor forma de participação empresarial que atenda às necessidades da Administração e garanta os resultados pretendidos.





Considerando a natureza da intervenção proposta e a necessidade de otimizar o uso dos recursos públicos, emerge a questão da viabilidade de se admitir ou não consórcios para executar o objeto contratual. Em função da espera de alta complexidade técnica que a pavimentação em CBUQ pode exigir, assim como demandas de especializações múltiplas devido à variabilidade das condições locais de execução, consórcios podem ser vistos como uma solução prática para o somatório das capacidades necessárias. Não obstante, a possibilidade de um acréscimo de 10% a 30% na habilitação econômico-financeira para consórcios deve ser considerada face aos benefícios de capacidade financeira que esta estrutura pode oferecer.

Por outro lado, a participação de consórcios também implica em um aumento na complexidade da gestão e fiscalização do contrato. As obrigações de compromisso de constituição do consórcio, escolha da empresa líder e responsabilidade solidária, conforme estabelecido no art. 15, tornam-se aspectos críticos a serem gerenciados pela Administração Pública. Ademais, a vedação de participação múltipla ou isolada é um fator que salvaguarda a competitividade e isonomia entre os licitantes, conforme articulam os arts. 5º e 11.

Analisando a situação sob o prisma da execução eficiente, a avaliação de mercado sugerida no 'Levantamento de Mercado e Demonstração da Vantajosidade' demonstra que, embora consórcios sejam uma prática comum em obras de similares complexidades, a singularidade da demanda sem fracionamento revelou que a opção por um fornecedor único poderia potencialmente oferecer mais simplicidade e economicidade. Frente a esses aspectos, e embasada nos resultados pretendidos e na eficiência administrativa, a vedação da participação de consórcios na presente contratação parece ser a escolha mais **adequada**. A decisão busca garantir que o desenho contratual recomende uma execução eficiente, respeitando a segurança jurídica, além de ser compatível com o interesse público definido no planejamento.

Dessa forma, conclui-se que a vedação dos consórcios não compromete a eficácia da contratação, mas sim aumenta a clareza, simplifica a gestão contratual e alinha-se com os princípios de legalidade e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A avaliação de contratações correlatas e interdependentes é essencial para o planejamento contínuo e eficaz das ações da Administração Pública, permitindo a otimização de recursos e a promoção da eficiência no gerenciamento dos contratos. Ao analisar contratações com objetivos similares ou interligados aos da necessidade identificada, a Administração pode evitar duplicações desnecessárias, identificar oportunidades de economia por meio de padronização e sinergia, e garantir que as soluções implementadas funcionem harmoniosamente. Essa visão integrada é vital para assegurar o atendimento pleno e eficiente das necessidades públicas, conforme preconizado pelos princípios de planejamento e economicidade instituídos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

No contexto da contratação para a prestação de serviço de pavimentação asfáltica em





CBUQ no município de Boa Viagem-CE, a análise revela a ausência de contratações anteriores específicas que possam coincidir ou se sobrepor tecnicamente a essa solução. A análise dos planos passados não indica ajustes ou substituições necessárias em contratos vigentes. No entanto, é crucial considerar a coordenação logística e de operações durante a execução, especialmente envolvendo sincronização de prazos e alinhamento com outras intervenções urbanas planejadas ou em execução, como serviços de infraestrutura ou redes subterrâneas, para evitar conflitos que possam impactar o cronograma ou a qualidade da obra.

Portanto, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que exijam mudanças nos requisitos ou no planejamento da solução agora proposta. A harmonização dos prazos e a verificação contínua de articulações logísticas durante a execução são as principais recomendações práticas para mitigar eventuais desafios. Assim, não se faz necessário detalhar alterações imediatas nos quantitativos ou nas especificações técnicas previstas, conforme aborda o §2º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, permitindo seguir com os procedimentos padronizados no desenvolvimento do termo de referência subsequente.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Os possíveis impactos ambientais relacionados à contratação dos serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ nos bairros do município de Boa Viagem-CE incluem, predominantemente, a geração de resíduos provenientes da construção e o potencial consumo de energia durante as atividades de transporte e aplicação do asfalto. Conforme o art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021, esses aspectos devem ser considerados para garantir que os elementos de sustentabilidade sejam incorporados desde o planejamento até a execução das obras. Assim, a antecipação dos impactos permitirá uma mitigação mais eficaz, assegurando o alinhamento com o princípio da sustentabilidade destacado no art. 5º da mesma lei.

Para mitigar as emissões de gases de efeito estufa e o uso intensivo de recursos durante o ciclo de vida da obra, é essencial adotar práticas de pavimentação sustentáveis, como o uso de asfalto modificado com polímeros reciclados, que reduz a quantidade de minerais virgens. O levantamento de mercado deve incluir soluções inovadoras que já foram aplicadas em outras obras públicas, promovendo o planejamento sustentável previsto no art. 12. O uso de maquinário eficiente no consumo de energia, dotado de selo Procel A, será incentivado, contribuindo para menor consumo energético e emissão de poluentes. Além disso, propostas que contemplem a logística reversa dos materiais residuais, como toners de impressoras usadas durante o processo e outros insumos potencialmente recicláveis, serão priorizadas.

A integração de insumos biodegradáveis nos procedimentos complementares, como na demarcação viária, será incentivada. Essas medidas não apenas auxiliam na sustentabilidade ambiental, mas também promovem a competitividade e a seleção de





propostas vantajosas (art. 11). A implementação dessas estratégias deve ser viável pela administração urbana e podem exigir licenciamento ambiental adequado, conforme a complexidade do objeto e as diretrizes do art. 18, §1º, inciso XII, garantindo que não se imponham barreiras regulamentares indevidas à execução eficiente e eficaz do projeto.

Em conclusão, essas medidas mitigadoras são **essenciais** para reduzir os impactos ambientais, otimizar recursos e atender aos resultados pretendidos pelo projeto de forma econômica e eficiente, em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Não obstante, na ausência de impactos ambientais significativos, tal fato será fundamentado tecnicamente, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e garantindo que todos os aspectos legais e administrativos sejam observados ao longo da execução do contrato.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação proposta para a prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ nos diversos bairros do município de Boa Viagem-CE mostra-se viável, fundamentada e de suma importância para a melhoria da infraestrutura viária local. A análise dos elementos técnicos, econômicos, operacionais e jurídicos apresentados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) aponta que a execução da pavimentação irá garantir não apenas melhores condições de tráfego e segurança, mas também contribuirá para o desenvolvimento econômico e social da região, o que reforça a eficiência e o interesse público mencionados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Conforme o levantamento de mercado realizado, a solução proposta está em consonância com as práticas vigentes e segue os parâmetros atuais de engenharia, assegurando a escolha da proposta economicamente mais vantajosa conforme o preconizado no art. 11 da mesma Lei. A adequação ao planejamento estratégico é evidente, visto que a contratação está alinhada com o Plano de Contratação Anual (PCA) para o exercício financeiro de 2025, conforme o art. 40. A quantidade estimada para a contratação e o valor referencial foram meticulosamente analisados, garantindo que a projeção seja compatível com o valor de mercado, conforme estabelecido no §1º do art. 18.

A decisão de prosseguir com a contratação é sustentada por uma ampla pesquisa de mercado e pela análise de resultados pretendidos, que incluem a melhoria significativa na mobilidade urbana e a redução de riscos associados ao tráfego em condições precárias, fundamentando-se na lógica da economicidade e eficiência, valores centrais nesta análise final, conforme prevê o art. 18, §1º, inciso XIII. Ademais, o Termo de Referência continuará a guiar a execução conforme descrito no art. 6º, inciso XXIII.

Considerando não apenas as condições atuais das vias e as necessidades urgentes de pavimentação, essa contratação é considerada não apenas viável, mas também indispensável para o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos pelo





município, recomendando-se assim a sua realização. Qualquer replanejamento ou ações corretivas seriam desnecessárias, dado que os dados e riscos foram adequadamente considerados e mitigados. Conclui-se que a contratação cumpre com todos os requisitos legais e de planejamento, sendo, portanto, justificadamente fundamentada, vantajosa e em consonância com o interesse público.

Boa Viagem / CE, 27 de junho de 2025

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

assinado eletronicamente

RICARDO VINICIUS RODRIGUES DA SILVA
PRESIDENTE

assinado eletronicamente

WILLIAM CESAR DO VALE
MEMBRO

assinado eletronicamente

Jefferson Jales Vieira
MEMBRO

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE
APONTE SUA CÂMARA PARA O QR CODE AO LADO
PARA VERIFICAR AUTENTICIDADE DA ASSINATURA
INFORMANDO O CÓDIGO: 773-684-6054
PÁGINA: 12 DE 12 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM - CNPJ: 07.963.515/0001-36

